



Ordem dos Enfermeiros defende o acesso dos cidadãos a cuidados de Enfermagem

Tomada de Posição

A Ordem dos Enfermeiros (OE), no âmbito das suas atribuições estatutárias, defende que é fundamental garantir a continuidade da prestação de cuidados de Saúde com qualidade, segurança e responsabilidade ética, assegurada diariamente pelos enfermeiros na relação que estabelecem com os cidadãos.

Na reorganização dos Cuidados de Saúde Primários, os enfermeiros promovem inegáveis contributos para ganhos em saúde da população, pelo que compete ao Ministério da Saúde garantir as adequadas condições para o exercício profissional com qualidade.

A contratação temporária promovida por parte da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARS-LVT) coloca em causa a prestação de cuidados de Enfermagem e a dignidade profissional, razão pela qual esta entidade é responsável pela incapacidade de resposta das unidades de saúde que tutela.

Neste sentido, a OE rejeita o modelo adotado pela ARS-LVT para a contratação de enfermeiros para os 22 Agrupamentos de Centros de Saúde da área da Grande Lisboa.

As condições apresentadas são um atentado aos enfermeiros, profissionais altamente qualificados, considerados reiteradamente pela tutela com «um dos pilares fundamentais para o funcionamento do Serviço Nacional de Saúde».

Com a tomada deste procedimento, a ARS-LVT promoveu uma nova dimensão de precariedade – a precariedade remuneratória – e pretendeu, cumulativamente, celebrar contratos de prestação de serviços que, na realidade, em termos materiais, constituem verdadeiros contratos de trabalho encapotados, estimulando, assim, a já antiga política de precariedade do trabalho em termos de duração dos seus vínculos.

A adoção desta política pode criar precedentes extensíveis não só a outras profissões da área da Saúde, assim como generalizar-se a todas as demais profissões.

A OE tudo fará para que este modelo de contratação não se volte a repetir.

A OE defende que as formas de contratação dos profissionais de saúde devem ter implícitas a estabilidade das relações laborais e condições psico-emocionais, fatores absolutamente essenciais para o desenvolvimento profissional, para a aquisição de competências acrescidas, para a efetiva integração nos serviços, para o trabalho em equipa e para a resposta eficiente às necessidades dos cidadãos.

Neste sentido, na reunião já agendada para o próximo dia 9 de julho com o Senhor Ministro da Saúde, a OE defenderá a dignidade da profissão, tendo por objetivo o acesso equitativo a cuidados de Enfermagem com qualidade e segurança.

O Conselho Diretivo da Ordem dos Enfermeiros,
4 de julho de 2012